

**Procedimentos para as matrículas no Pré-Escolar - 2017/2018**

Despacho Normativo nº 7-B/2015, de 7 de maio

(com a redação dada pelo Despacho Normativo nº 1-B/2017, de 17 de abril)

O pedido de matrícula deve ser apresentado entre **15 de abril e 15 de junho**, via internet na aplicação informática do Portal das Escolas ([www.portaldasescolas.pt](http://www.portaldasescolas.pt)), com recurso à autenticação através de cartão de cidadão. Não sendo possível, pode a matrícula ser apresentada presencialmente, na sede do Agrupamento de Escolas, no seguinte horário: 9h-12.30h e 13.30h- 16 h.

| Documentos obrigatórios   |  |
|---|--|
| 1. Cartão de Cidadão*   |  |
| 2. Boletim Individual de Saúde atualizado   |  |
| 3. Declaração médica  |  |
| 4. Cópia da declaração da Segurança Social referente ao escalão do abono de família   |  |
| 5. Uma fotografia   |  |
| 6. Cartão de Cidadão* do pai, da mãe e do encarregado de educação, caso não seja um dos progenitores  |  |
| 7. Comprovativos:   |  |
| • Residência do encarregado de educação - recibo de água/luz ou recibo de contrato de arrendamento/ escritura de compra.  |  |
| • Local de trabalho - declaração da entidade patronal do encarregado de educação (caso pretenda a matrícula do educando para um estabelecimento da área de abrangência da atividade profissional) |  |
| * Caso não tenha cartão do cidadão deverá apresentar cédula pessoal ou o Bilhete de Identidade, cartão de Identificação Fiscal, da Segurança Social e de utente do serviço de saúde.              |  |

| Afixação de listas (na sede do Agrupamento) |   |
|---|---|
| Calendarização                              | Procedimentos   |
| Até 5 de julho                              | Afixação das listas de alunos que requereram matrícula. |
| 21 de julho                                 | Afixação das listas de alunos admitidos.                |

**Nota:** No caso dos alunos que completem os 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 2017, a matrícula é aceite a título condicional, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vagas nas turmas já constituídas, depois de aplicadas as prioridades definidas no artigo 9º do Despacho.

